

## O PAPEL DOS IDOSOS NOS DESAFIOS DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”

Tarcísio Carvalho da Cruz<sup>1</sup>  
Aurea da Silva Pereira<sup>2</sup>

### RESUMO

Mesmo que não se apresente de forma homogênea, o aumento da expectativa de vida dos seres humanos é considerado um fenômeno demográfico em escala global, fazendo-se assim necessário analisar o processo do envelhecimento de forma multidisciplinar. Nesse sentido, o presente corpus teórico, construído por meio da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, tem como objetivo apresentar a relação homem-natureza na construção da consciência ambiental sob a perspectiva histórica da velhice. Essa discussão indica duas dimensões antagônicas: o idoso negligenciado no processo de formação de políticas voltadas a sustentabilidade e simultaneamente percebido como um importante ator social em defesa do meio ambiente.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Meio Ambiente. Sustentabilidade.

### INTRODUÇÃO

O homem é um predador ineficiente, imediatista, que tende a não calcular o quanto pode consumir antes de se autodestruir [...]. Talvez todos devessem fazer uma visita, real ou imaginária, a Ilha de Páscoa, e aprender com sua trágica história, antes que só restem nossas estátuas e monumentos.

Esta citação do físico Marcelo Gleiser, publicada no Jornal Folha de São Paulo (23/04/2004) nos indica uma história real, que ocorreu há muitos anos atrás, mas que representa a projeção de um futuro não distante. Este acontecimento ocorreu na Ilha de Páscoa, conhecida pelos moais, centenas de gigantescas estátuas de pedra maciça.

Em 1772, o holandês Roggeveen foi o primeiro europeu a pisar na ilha localizada a três mil quilômetros da costa chilena e nela encontrou uma pequena comunidade de três mil pessoas, que viviam em estado precário em barracas ou cavernas, convivendo em meio a conflitos sangrentos como forma de suprir as necessidades alimentares. Em face da barbárie e

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica – UNEB); E-mail: [tcarvalho@gmail.com](mailto:tcarvalho@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC-UNEB), Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica -UNEB); E-mail: [aspsantos@uneb.br](mailto:aspsantos@uneb.br).

escassez de recursos, questionava-se como esta “sociedade primitiva” construíram os moais, o que fez surgir várias teorias, dentre elas, a visita de extraterrestres.

Com pesquisas científicas, descobriu-se que os primeiros habitantes da Ilha de Páscoa eram polinésios, portanto, a organização social constituía de famílias numerosas, em que os líderes do clã competiam e mensuravam seu poder através da construção das estátuas. Sua forma de organização social promoveu seu ápice e decadência, uma vez que toda floresta da ilha foi desmatada e sua madeira foi usada para transportar e erguer estátuas, construir canoas e arpões para a pesca. Sem os recursos oferecidos pela natureza, os habitantes da ilha famintos transformaram-se em canibais, até a extinção.

Quando relacionamos o que ocorreu com os polinésios da Ilha de Páscoa, com a intensa degradação ambiental permitida pela sociedade capitalista atual, podemos perceber através da frase atribuída ao poeta francês Victor Hugo (1802-1885), o quão “triste é pensar que a natureza fala e que a espécie humana não a escuta”. O aumento do nível dos mares, a extinção de seres vivos, a desertificação, a falta de água potável, furacões e tempestades cada vez mais fortes e ondas de frio e calor, são apenas alguns exemplos dos sinais enviados pela natureza e ignorados pelo homem, que pratica uma espécie de homicídio e suicídio em escala global, a fim de manter “sustentável” o sistema mercantil totalitário moderno, dando sua própria vida e a dos demais, através de um regime de servidão voluntário e cego.

Diante deste cenário catastrófico, se faz necessário analisar a relação homem- natureza de forma plural estabelecendo pontes multifacetadas a fim de observar a problemática sob diversos ângulos. Nesse sentido, este artigo propõe engendrar a relação supracitada ao processo do envelhecimento, uma vez que esta população é considerada biologicamente mais vulnerável as alterações climáticas e em pouco tempo será demograficamente maior, fazendo com que as ações locais produzam maior impacto em escala global.

Assim, esta pesquisa de natureza qualitativa e estilo bibliográfico é concebida através da relação da gestão ambiental com envelhecimento partindo de dois eixos: a construção da consciência ambiental, onde dentro de uma linha cronológica é possível ver que o idoso é tratado como mero expectador e sua imagem, muitas das vezes, é vista sob um olhar depreciativo e a sustentabilidade como proteção social, onde questões relativas à saúde e educação ambiental e cidadania podem contribuir como catalisadores no que tange a participação desses atores velhos nas questões que envolvam a responsabilidade socioambiental.

## CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL: OS VELHOS COMO ATORES COADJUVANTES

Se afirmarmos que o idoso é autor de sua própria trajetória, também não podemos esquecer que, enquanto, ser de relações, a caminhada em busca da autonomia e auto-realização se dá através da interação constante com o meio ambiente.<sup>3</sup>

A preocupação com a degradação ambiental não é recente. Por instinto de sobrevivência ao meio, essa preocupação se materializa através de manifestações coletivas ou individuais, como é o caso do cacique Seattle, que pertencia à tribo Suquamish, localizada nos Estados Unidos . Em 1855, o chefe indígena, escreveu uma carta tendo como remetente o presidente Francis Pierce, que através dos meios de comunicação tinha demonstrado interesse em comprar o território ocupado pela tribo para exploração comercial. No trecho da carta<sup>4</sup> diz o índio:

Talvez compreendêssemos com o que sonha o homem branco, se soubéssemos quais as esperanças transmitem aos seus filhos nas longas noites de inverno, quais visões do futuro oferecem para que possam ser formados os desejos do dia de amanhã. Mas nós somos selvagens. Os sonhos do homem branco são ocultos para nós.

A luta em prol do meio ambiente sempre foi despertada por fatores históricos. E neste contexto, o grande marco inicial constitui a Revolução Industrial, que incorporou um novo estilo de produção e consumo, criando caminhos para consolidação do sistema econômico e social vigente na contemporaneidade, o capitalismo. Nesse sentido afirmou Ross (1996, p. 213): “O acréscimo do conhecimento técnico-científico dos séculos XVIII, XIX e XX possibilitado pelo capitalismo colocou definitivamente os interesses das sociedades humanas de um lado e a preservação da natureza de outro”.

Essa revolução trouxe o aumento do consumo, a incorporação das máquinas no sistema produtivo, produção em série e formação dos centros urbanos, mas também proporcionou um antagonismo social através das péssimas condições de vida e trabalho, principalmente a mulheres, crianças e idosos, devido às altas quantidades de horas trabalhadas, ausência de saneamento básico e as consequências advindas da conjugação dos

---

<sup>3</sup> Frase atribuída a Ivalina Porto Nicola, na Revista Terceira Idade, São Paulo, V.16., nº 32, em Fevereiro de 2005.

<sup>4</sup> Seattle (Chefe Índio). *Preservação do meio ambiente - manifesto do Chefe Seattle ao presidente dos EUA*. São Paulo, Babel Cultural, 1987, 47p. (Trad. Magda Guimarães Khouri Costa.

dois fatores citados, tais como: doenças e acidentes de trabalho. Dessa forma, relacionamos a visão de Teixeira (2017, p.34), quando trata do envelhecimento da classe trabalhadora:

A centralidade no envelhecimento do trabalhador advém do movimento real e não apenas de pressupostos teórico-metodológicos. É a classe trabalhadora a protagonista da “tragédia” no envelhecimento (velhice, pobre, desamparada, sem ou com baixa renda, sem bens e propriedade, doentia, sem acesso às políticas públicas e dependentes dos recursos familiares), considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor na ordem do capital, principalmente, quando perde o “valor de uso” par ao capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida.

Percebe-se que com a Revolução Industrial e a formação da estrutura de consolidação do capitalismo, acentuaram-se de forma relevante as agressões ao meio devido às metamorfoses ocorridas. Na visão de Charles Dickens (2008, p. 23), as cidades eram as verdadeiras amostras de tais mudanças:

Tal como estavam às coisas era uma cidade de um vermelho e um negro inaturais como a face pintada de um selvagem; uma cidade cheia de maquinarias e de altas chaminés de que saíam serpentes de fumo que se desenrolavam ininterruptamente. Havia um canal negro e um rio violáceo por causa das tintas malcheirosas que nele derramavam; havia grandes aglomerados de edifícios repletos de janelas que tintinavam e tremiam todo o dia; em Coketown, os êmbolos das máquinas a vapor subiam e descia com um movimento regular e incessante como a cabeça de um elefante a braços com uma louca melancolia.

Apesar dessas evidências, somente a partir da segunda metade do século passado foi que surgiu um debate, inicialmente tímido, formado pela percepção de que a biosfera vinha sofrendo agressões que ameaçavam o progresso contínuo.

Na década de 60, no auge da Guerra Fria, o mundo bipolar foi movido pelo temor nuclear, gerado pelos testes atômicos. A humanidade estava assustada com os efeitos provocados pela fissão do átomo, já vistos em agosto de 1945, na Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos lançaram bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Nesse período, os movimentos ambientalistas se organizaram e emergiram em face dos movimentos estudantis e hippies, questionando os impactos da sociedade moderna. Tais impactos foram, no Brasil, imortalizadas por Vinicius de Moraes, na canção Rosa de Hiroshima, em 1973:

Pense nas crianças mudas telepáticas. Pense nas meninas cegas inexatas. Pense nas mulheres, rotas alteradas. Pense nas feridas como rosas cálidas. Mas só não se esqueça da rosa, da rosa. Da rosa de Hiroshima, a rosa hereditária. A rosa radioativa, estúpida, invalida. A rosa com cirrose, anti-rosa atômica. Sem cor, sem rosa, sem nada.

Considerado por muitos como a “era do individualismo”, os anos 70, foi marcado como o embrião da corrente ambientalista, com o surgimento de grupos, organizações e agências governamentais em prol do meio ambiente. Tais ações possibilitaram a realização da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada na cidade de Estocolmo, originando o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o qual enfatizou a preocupação do sistema político e organizações, como a Igreja, com a degradação da natureza. Neste contexto, enquanto inicia-se a delinear a ambiguidade semântica presente no conceito de desenvolvimento sustentável, o Brasil ditatorial, baseado na linha desenvolvimentista, personificava o milagre econômico, impulsionado pela crescente industrialização, criando a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) para atender a exigência de organismos internacionais que exigiam para concessão de empréstimos para obras públicas a proteção ambiental.

O eixo ambientalista com temática nuclear volta em cena nos anos 80, sinalizado com dois acidentes. O primeiro em 1986, na Usina Nuclear de Chernobyl, localizada na cidade da Ucrânia, onde os reatores explodiram e espalharam material radioativo na atmosfera, afetando diretamente mais de duzentas mil pessoas. Um ano depois, 1987, na cidade de Goiânia, no Brasil, catadores de sucata encontraram no aparelho de radiologia de um hospital abandonado, uma pedra de pó branco que no escuro emitia brilho azulado. Esse brilho, que encantou os moradores pela sua beleza constituía o Césio-137, elemento extremamente perigoso, que pela sua radioatividade, contaminou milhares de pessoas, deixando um rastro de contaminação até os tempos atuais. Marcada como a “década perdida para a América Latina” devido à estagnação econômica e pela aplicabilidade do liberalismo econômico, a década de 80, é lembrada também pela redemocratização brasileira e a promulgação da Constituição de 1988, que se caracterizou pela preocupação com as questões ambientais, como aponta o Capítulo VI do Meio Ambiente, artigo 225 da CF:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No mesmo ano, foi assassinado o líder ambientalista da região amazônica, Chico Mendes, que se tornou símbolo conhecido internacionalmente devido a sua intensa luta pela exploração das riquezas florestais da maneira ecologicamente correta. É válido ressaltar que nesta mesma década, precisamente em 1982, na Áustria ocorreu a Assembleia Mundial sobre

o Envelhecimento, que apesar de toda discussão ambientalista, se pautou apenas na definição e segmentação da pessoa idosa.

Caracterizada pela entrada do seguimento empresarial na preservação ambiental, que almeja lucratividade num emergente mercado verde, os anos 90, o mais quente dos dois milênios, foi o período onde se realizou o ECO- 92: Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, com objetivo de buscar caminhos para o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas do planeta. Nesta conferência da ONU, Servern Suzuki, uma canadense de apenas treze anos, se destacou por apresentar de forma simplória a realidade que impede a adoção de medidas efetivas contra a degradação ambiental. No seu discurso<sup>5</sup>, disse Suzuki:

Sou apenas uma criança e não tenho todas as soluções, mas quero que saibam que vocês também não têm. Vocês não sabem como reparar a camada de ozônio. Vocês não sabem como salvar os peixes das águas poluídas. Vocês não podem ressuscitar os animais extintos. E vocês não podem recuperar as florestas que um dia existiram e onde hoje é deserto. Se vocês não podem recuperar nada disso, por favor, parem de destruir! [...] Você é aquilo que faz não o que você diz.

O RIO-92 representou um divisor de águas na luta em prol do meio ambiente, pois obteve participação ativa das ONGs e a presença de chefes de estado, diferenciando-se assim, das outras conferências. Esse evento que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro proporcionou uma visão holística à ideia de preservação do habitat, ao afirmar que não existe sustentabilidade ambiental sem sustentabilidade social, uma vez que a ramificação global do capitalismo baseado consumo exacerbado, gerou impactos no que tange a concentração populacional e aumento das desigualdades, que por sua vez fornece subsídios a agressões crescentes ao meio ambiente, seja de forma direta ou indireta. Nesse aspecto, destacamos que os agravos, sejam eles naturais ou socialmente construídos apresentam o idoso como uma das principais vítimas da vulnerabilidade ambiental e socioeconômica.

Esse divisor deu fôlego ao Protocolo de Kyoto, em 1997, no Japão, onde o ponto chave das discussões foi à emissão de gases poluentes na atmosfera. Protocolo este, que evidenciou as divergências entre desenvolvimento e sustentabilidade e colocou em foco os interesses entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Os primeiros anos do século XXI foram marcados pelas catástrofes ambientais, dentre eles Furacão Katrina, ocorrido nos EUA e fenômenos relacionados ao El Niño como chuvas no nordeste e tornados no sul brasileiro. Este período representou a popularização do

---

<sup>5</sup> Discurso retirado do site do You Tube, plataforma de compartilhamento de vídeos. < <https://www.youtube.com/watch?v=SyBVxm-N7JE>> Acesso em 17.04.2019.

termo "desenvolvimento sustentável" ao mesmo tempo em que seu conceito tornou-se mais complexo. Segundo Oliveira (2008, p. 23): "O conceito de "desenvolvimento sustentável" embute a ideia de que o mesmo tem que ocorrer nas esferas ambiental, econômica e social, existindo também a dimensão política, que seria transparência e participação."

Neste sentido, da ampliação de horizontes no que tange a denominação da sustentabilidade, foi realizado em 2009, a Conferência de Copenhague, para definir as regras do segundo período do compromisso estabelecido em Kyoto (1997), como a definição de novas metas de redução. Considerada como fase decisiva da luta pela sobrevivência, através da sustentabilidade econômica, as negociações não avançaram por interferir nos interesses individuais como comenta Arnaldo Jabor<sup>6</sup>:

Nos ecos da Conferência da Dinamarca, vemos que o mesmo problema que rege o egoísmo humano no plano individual, se repete em escala global, mesmo com o período de se acabar com a humanidade. A mesma luta arcaica, a luta de classes, se repete. Assim como se explora pobres trabalhadores, as nações ricas querem ferrar as nações pobres... A política de "farinha pouca meu pirão primeiro" se repete em Copenhague em escala global. Será que essa gente não consegue pensar além dos seus bolsos e interesses? [...].

Observando-se que as ações a nível global não avançaram, os países participantes do ECO-92, assumiram o compromisso e o desafio de internalizar, em suas políticas públicas as noções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, surge o processo de elaboração teórica e prática da Agenda 21, que se posicionou na adoção metodológica multi-setorial, ou seja, focar a interdependência das dimensões ambiental, econômica social e institucional, baseada na realidade local, trabalhando na gestão dos recursos naturais.

Com a mudança da estratégia adotada pela Agenda 21, de analisar e trabalhar o local, partindo do pressuposto que pequenas ações realizadas localmente e quando somadas, têm impactos globais em larga escala, proporcionou avanços significativos nas áreas como saneamento básico e redução das desigualdades sociais.

Até o momento, a Agenda 21 é considerada documento mais eficaz produzido em prol da sustentabilidade, sendo assim, se faz necessário verificar onde e como o idoso está inserido politicamente neste contexto, uma vez que representa o segmento populacional de maior crescimento e vulnerabilidade.

Deste modo, o capítulo três da Agenda 21 Brasileira apresenta aspectos de combate à pobreza e a questão dos refugiados, indicando como público alvo: "mulheres, crianças e jovens". Percebemos assim, que apesar de dados oficiais apontados pelo IBGE – Instituto

---

<sup>6</sup> Comentário feito na radio CBN, dia 10 de dezembro de 2009.

Brasileiro de Geografia e Estatística, indicarem que os velhos brasileiros representam uma parcela significativa de pobres, eles são esquecidos nos documentos que tratam das condições socioambientais.

O capítulo cinco, ao abordar a relação demográfica com a sustentabilidade, aponta que:

Deve ser feita uma avaliação das implicações da estrutura etária da população sobre a demanda de recursos e os encargos de dependência, incluindo desde o custo da educação para jovens até o atendimento sanitário e auxílio para os (as) idosos (as), e sobre a geração de rendimentos no âmbito da família[...]. Devem ser desenvolvidas, tanto no plano familiar como no de sistemas de apoio estatais políticas socioeconômicas adequadas para jovens e idosos.

È possível perceber que na primeira referencia que se faz ao idoso, em um documento tido como referencial, faz a alusão do velho como um problema social, que gera custos ao Estado, esquecendo-se que “o envelhecimento populacional, longe de ser um dado natural, se configura como resultado da reprodução do sistema do capital” (Paiva, 2014, p.125), além de não evidenciar quais e como seriam aplicadas tais políticas públicas.

O mesmo capítulo faz indicação ao idoso como consumidor, e como dependente da família, ao afirmar que:

As pessoas idosas pertencerão a famílias cada vez menores (tendências a famílias com apenas dois filhos), poderão ter menor amparo dos filhos e parentes. Portanto, o sistema de saúde, público e privado, deverá se preparar para atender adequadamente a essa parcela da população, que apresenta um quadro de morbidade bem mais específico e de tratamento mais caro.

Fugindo da “lógica” fantasiosa trazida pelo capital, ao apresentar uma visão unívoca que apresenta o Estado como gerenciador da sociedade, é perceptível também que esse gestor transfere sua responsabilidade para as famílias, além do visível e maléfico processo de mercantilização em prol da “valorização social” dos idosos.

Percebemos então que o principal documento que deveria nortear as ações brasileiras em prol da sustentabilidade, não percebe o idoso como um ator importante, mas como um fardo no que se refere às questões socioambientais e suas inferências, além de trazer uma imagem caricata e uma percepção incompleta e subjetiva das políticas públicas de desenvolvimento menos danoso ao ambiente.

A partir de 2016, iniciou-se em todas as partes do planeta um movimento de ascensão da extrema direita, impulsionado por crises econômicas, éticas e políticas. O “populismo” desses governos, que hoje tem como expoentes os presidentes Donald Trump (EUA) e Jair Bolsonaro (Brasil), fragiliza a luta em prol da sustentabilidade uma vez que questionam o



aquecimento global, liberam de forma irresponsável o uso de agrotóxicos, são abertamente a favor da exploração inconsequente dos recursos naturais, fragilizaram os órgãos de controle e flexibilizam a legislação, além de atacar direitos de seguridade social e distribuição de renda que aumenta desigualdades e conseqüentemente ampliam as agressões ao meio ambiente.

## **A SUSTENTABILIDADE COMO QUESTÃO SOCIAL**

[...] A classe trabalhadora é a protagonista da tragédia no envelhecimento, considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor, na ordem do capital, principalmente, quando perde o valor de uso para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida. (Teixeira, 2009, p.64).

Teixeira (2009) apresenta a tragédia do processo do envelhecimento propiciado pela sociedade do capital, indicando o velho como fardo, por ser o elemento “improdutivo” na cadeia e por absorver parte de recursos que poderiam estar circulando no mercado financeiro. Destarte, a mesma relação se faz presente também nas questões pautadas na sustentabilidade, uma vez que o idoso, já estigmatizado como agente inativo e não politizado serve ao sistema mercantil apenas como mero expectador das decisões tomadas por meio da sociabilidade capitalista, tornando-se assim um coadjuvante dócil e marginalizado no processo decisório.

Assim, o desenvolvimento sustentável sob a perspectiva do idoso torna-se uma questão social e política, uma vez que a inserção desses atores sociais nesta arena de discussão trará à cena a participação ativa nas decisões que envolvam a comunidade, possibilitando o resgate do velho da margem periférica da gestão da vida em sociedade. É válido reafirmar que tal posicionamento, não é dado, nem imposto, mas é fruto da vontade do idoso, uma vez que de modo geral esse grupo deseja “viver o máximo possível, terminar a vida de forma digna e sem sofrimento e participar das decisões que envolvam a comunidade; prolongar, ao máximo suas conquistas e prerrogativas sociais com propriedade, autoridade e respeito”. (Minayo, Coimbra Júnior e CEA, 2002, p. 11-24). Sendo assim, o idoso tem sua função de cidadão assegurada pela Constituição Federal, ao afirmar que: “é obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.” (BRASIL, 2003).

As vulnerabilidades biológicas dos idosos os colocam como o grupo social de maior interesse nas questões relativas à sustentabilidade ambiental, pois diferentemente demais classes etárias, as alterações climáticas já provocam no presente efeitos que põe em risco

imediate sobrevivência dessa fração populacional. Uma pesquisa da USP – Universidade de São Paulo<sup>7</sup> indica um aumento expressivo de mortalidade dos idosos provocados pelas consequências advindas do aquecimento global.

Dessa forma, a luta em prol da preservação ambiental torna-se uma questão social, que deve ser motivo de uma luta persistente para assegurar o que está previsto no Artigo 225 da Constituição Cidadã de 1988: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

## **METODOLOGIA**

Metodologicamente, esta pesquisa se aprofundou, inicialmente, ao desembaraço histórico do processo de consciência ambiental e sua percepção sobre a terceira idade. A partir daí, foi realizada uma análise temática, onde direcionamos o olhar, abrindo perspectivas novas para a releitura do envelhecimento, sendo possível apresentar percepções enraizadas e socialmente construídas que são nitidamente percebidas no desenrolar das questões inerentes a sustentabilidade.

Deste modo, a pesquisa adotou uma estratégia qualitativa e de caráter exploratório, uma vez que “é realizada em áreas na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.” (Vergara, 2009, p. 42), tendo como aporte uma pesquisa bibliográfica a cerca da temática abordada, possibilitando alcançar o objetivo almejado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O fenômeno deflagrado pelo avanço da ciência possibilitou o homem aumentar significativamente sua expectativa de vida, porém esta possibilidade veio com um novo desafio: como adicionar vida a esses anos?

Este artigo centralizou seu foco em dois vieses: percepção histórica no processo de relação envelhecimento – natureza e o idoso como possível protagonista da luta de modelo social, econômico e ambiental menos agressivo.

---

<sup>7</sup> Pesquisa indicada no site < <https://extra.globo.com/noticias/saude-e-ciencia/mudancas-climaticas-aumentam-mortalidade-de-idosos-nas-metropoles-brasileiras-269570.html>> Acesso em 01 /06/2019.

Através do primeiro viés foi possível analisar dentro de uma ordem histórica o que conhecemos como sendo a tomada de consciência ambiental e como neste processo o idoso foi deixado a margem não apenas das discussões, mas também na própria análise de identidade, onde homogeneiza e não contextualiza o velho como um ser humano autônomo dotado de direitos e deveres.

Deste modo, foi indicada a terceira idade, como possível protagonista das relações que envolvam a sustentabilidade, seja pela vulnerabilidade biológica, e sendo assim, esse grupo se constituiria como sendo o mais preocupado, ou por vias da educação ambiental, através da indicação da sua experiência cotidiana. Para isso, se coloca como ponto de discussão a necessidade de mobilização e organização de pessoas e instituições capazes de politizar e articular possibilidades que venham a alterar o tecido destas relações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cumpriu sua sentença. Encontrou-se com o único mal irremediável, aquilo que é a marca do nosso estranho destino sobre a terra, aquele fato sem explicação que iguala tudo o que é vivo num só rebanho de condenados, porque tudo o que é vivo, morre. (Suassuna, 1975).

O primeiro discurso ligado ao processo de envelhecimento: a preparação para morte advém justamente da caracterização da última fase do ciclo da vida, em que aspectos inerentes à vida social, como a saúde, a capacidade de produzir, a beleza e vigor sexual são diminuídos.

Através do estereótipo atribuído ao idoso, que se diferenciam em contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e principalmente culturais, percebemos conceitos que são constituídos em diferentes contextos temporais, mas que simultaneamente apresentam uma intrínseca relação, onde o envelhecimento está atrelado ao processo: à velhice como fase de vida e ao idoso (velho) o resultado final.

Na contemporaneidade a imagem estereotipada do idoso é apenas “alterada” a partir do momento em que o mesmo, através do seu esforço individual, passa a utilizar a juventude e suas características marcantes como sendo uma forma de se viver e não uma fase passada da sua vida. A partir desta análise, o processo de envelhecimento sofre metamorfose e passa a adquirir a conotação de mercado de consumo, uma vez que é preciso utilizar todos os instrumentos disponibilizados no comércio global para obtenção e/ou manutenção da “nova jovialidade” atribuída a última fase de vida. É válido ressaltar que essa nova visão a cerca do idoso é respaldada e propagada pela mídia.

Assim, percebemos a dualidade quando se analisa assuntos transversais ao processo de envelhecimento, tal como a relação desenvolvimento sustentável e velho. Percebemos neste artigo que historicamente o idoso é cauterizado à imagem de improdutivo, vulnerável e isso se torna perceptível quando nos deparamos com isolamento social promovido e não inserção dessa categoria nos debates e ações concretas em torno de um desenvolvimento mais equilibrado e menos danoso ao ambiente.

Indicamos também que quando existem literaturas que colocam o idoso em certo destaque no que concerne sua participação ativa em torno da efetivação de políticas direcionadas a sustentabilidade, se incorpora a visão da velhice romantizada e jovial que se configurará em um mercado consumidor de modo a tornar o velho docilizado e sociável ao capital.

Nessa complexa ideia de crescer e preservar, e do impasse sobre como os idosos participam e são vistos nos quesitos relacionados ao processo de preservação ambiental, indico o comentário de Arnaldo Jabor<sup>8</sup>, quando afirma que o tragicômico nas discussões em torno dos problemas ambientais são que os mesmos são vistos como sendo uma “ameaça a natureza”, porém percebe-se exatamente o contrário. Já morreram dinossauros, já houve idade do gelo, chuva de asteroides, e a natureza segue seu rumo, indicando assim quem realmente encontra-se ameaçada graças às escolhas socioeconômicas utilizadas na contemporaneidade.

Destarte, se torna eminente o que ocorreu na Ilha de Páscoa e conseqüentemente da ideia do primeiro discurso ligado ao envelhecimento. A discussão é em torno da sobrevivência dos seres humanos e nesse aspecto toda contribuição pode e deve ser utilizada, a exemplo dos idosos, que conscientes de seu papel como cidadão podem e devem politizar, debater e participar ativamente e efetivamente, na luta em prol de um ambiente mais sustentável.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. **A velhice da classe trabalhadora e a naturalização dos cuidados familiares**. In: Teixeira, Maria Solange. Envelhecimento na sociabilidade do Capital, Campinas, Papel Social: 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

---

<sup>8</sup> Comentário: Crônica no Jornal da Globo em 16 de agosto de 2008.

DICKENS, Charles. **Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público**. São Paulo, EDUSP/Ed. 34, 2008.

EVANGELISTA, Luiz Pereira Evangelista. **Antologia Poética do Sesquicentenário**, Editora: EGBA, 2003.

ESPÍNDOLA, Michele. ARRUDA, Dayana. **Políticas ambientais: ideologias, fazer antropológico e engajamento social**. Disponível em: <[http://www.fsma.edu.br/visoes/ed05/ed05\\_artigo\\_9.pdf](http://www.fsma.edu.br/visoes/ed05/ed05_artigo_9.pdf)>  
Acesso: 30 de novembro de 2010.

GORE Jr., A. A. **Uma verdade inconveniente - o que você precisa saber (e fazer) sobre o aquecimento global**. [tradução Isa Mara Lando] - Barueri, SP: Editora Manole, 2006.

HADDAD, Eneida G. de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O Mito do Desenvolvimento e Sustentável**. Editora da UFSC, Florianópolis, 2001.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

Minayo MCS, Coimbra Júnior, CEA **Entre a Liberdade e a Dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento**. In Minayo MCS, Coimbra Júnior, CEA. **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2002.

PAIVA, S. de O.C e. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

VEIGA, José Eli da, ZATZ, Lia. **Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse**. São Paulo, Editora Autores Associados, 2008.

VEIGA, José Eli da. **Do global ao local**. Campinas, São Paulo: Armazém do Ipê, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Emergência socioambiental**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

VERGARA, Sylvia Costant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998